



GOVERNO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

Procuradoria

LEI Nº 05/98- PGPMP

Estima a receita e fixa a despesas do Município de Parintins, para o exercício financeiro de 1999, e dá outras providências.

O cidadão **HERALDO FARIAS MAIA**, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Extraordinária realizada dia 30 de dezembro de 1998 - APROVOU e eu, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Parintins para o exercício de 1999, em **R\$ 10.988.538,00 (DEZ MILHÕES NOVECENTOS E OITENTA E OITO MIL E QUINHENTOS E TRINTA E OITO REAIS)**, e a proposta Orçamentária do Serviço Autônomo de Água e Esgoto = SAAE, conforme discriminação abaixo e anexos constantes desta Lei.



GOVERNO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

Procuradoria

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outros, inclusive transferências feitas pela União, na forma da legislação em vigor, conforme anexo 01, obedecendo o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES:

1.1 - Receita Tributária	R\$	483.100,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$	6.000,00
1.5 - Receita Industrial	R\$	-
1.7 - Transferências Correntes	R\$	8.384.797,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	R\$	23.750,00

TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	R\$	8.897.647,00
-------------------------------------	------------	---------------------

2 - RECEITAS DE CAPITAL

2.4 - Transferências de Capital	R\$	2.090.891,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.090.891,00

TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$	10.988.538,00
--------------------------------------	------------	----------------------

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação do anexo II que apresenta a sua composição de acordo com o seguinte resumo:



GOVERNO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

Procuradoria

1 - POR ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

01 - PODER LEGISLATIVO

01 - Câmara Municipal	R\$	913.858,00
-----------------------	-----	------------

02 - PODER EXECUTIVO

01 - Gabinete do Prefeito	R\$	323.400,00
---------------------------	-----	------------

02 - Procuradoria Geral do Município	R\$	54.250,00
--------------------------------------	-----	-----------

03 - Secretaria de Administração	R\$	771.293,00
----------------------------------	-----	------------

04 - Secretaria de Economia e Finanças	R\$	435.282,00
--	-----	------------

05 - Secretaria de Educação e Desporto	R\$	4.552.667,00
--	-----	--------------

06 - Secretaria de Bem Estar Social	R\$	286.500,00
-------------------------------------	-----	------------

07 - Secretaria de Saúde e Saneamento	R\$	1.070.130,00
---------------------------------------	-----	--------------

08 - Secretaria do Desenvol. Prod. e Abastecimento	R\$	117.500,00
--	-----	------------

09 - Secretaria de Transp. Obras e Meio Ambiente	R\$	2.463.658,00
--	-----	--------------

TOTAL GERAL DA DESPESA	R\$	10.988.538,00
-------------------------------	------------	----------------------

POR FUNÇÕES

01 - Legislativa	R\$	913.858,00
------------------	-----	------------

02 - Administração e Planejamento	R\$	1.457.943,00
-----------------------------------	-----	--------------

03 - Agricultura	R\$	117.500,00
------------------	-----	------------

04 - Educação e Cultura	R\$	4.552.667,00
-------------------------	-----	--------------

05 - Energia e Recursos Minerais	R\$	80.000,00
----------------------------------	-----	-----------

06 - Habilitação e Urbanismo	R\$	945.061,00
------------------------------	-----	------------

07 - Indústria, Comércio e Serviços	R\$	60.000,00
-------------------------------------	-----	-----------

08 - Saúde e Saneamento	R\$	1.016.130,00
-------------------------	-----	--------------

15 - Assistência e Previdência	R\$	514.782,00
--------------------------------	-----	------------

16 - Transporte	R\$	1.330.597,00
-----------------	-----	--------------

TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$	10.988.538,00
---	------------	----------------------

Art. 4º - Para garantir a exequibilidade do orçamento, fica o Poder Executivo autorizado:

I - Abrir créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da receita prevista nesta Lei, não onerando esse limite os créditos suplementares aberto para reforçar dotações de Pessoal, Obrigações Patronais, Encargos com Inativos e Pensionistas, PASEP e os destinado a reforçar dotações com recursos de convênios.



GOVERNO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

Procuradoria

II - Realizar operações de créditos por antecipação obedecendo o previsto no artigo 165º, § 8º da Constituição Federal, após prévia autorização Legislativa.

Art. 5º - Fica assegurado repasse de 11% (onze por cento) da Receita do Município ao Legislativo Municipal, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas nos Autos do Mandato de Segurança nº 29700231-7.

Art. 6º - Revogadas às disposições em contrário, esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1999.

Palácio Cordovil em, 31 de dezembro de 1998.

Heraldo Farias Maia
PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS